



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

2º Quadrimestre de 2015
Salvador, 30 de Setembro de 2015

SECRETARIA DA
FAZENDA

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Fazenda

GOVERNADOR

RUI COSTA

SECRETÁRIO DA FAZENDA

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA

JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

CHEFE DE GABINETE

ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E

CONTROLE FINANCEIRO

RANULFO CONTREIRAS LIMA FILHO

DIRETOR DO TESOURO

ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO

Sumário

1. Introdução	04
2. Receita	04
3. Despesa	09
4. Resultado Orçamentário.....	11
5. Limite de Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.....	12
6. Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	12
7. Despesa com Ações e Serviços de Saúde.....	13
8. Restos a Pagar	14
9. Resultado Primário.....	14
10. Resultado Nominal	15
11. Dívida Pública	16
12. Conclusão	17
13. Glossário	18

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

1. Introdução

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia até o 2º quadrimestre de 2015, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados, em valores nominais, de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 29 de setembro de 2015 em cumprimento ao disposto no artigo 9º, §4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

2. Receitas

Balço Orçamentário da Receita						Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Realização - Janeiro a Agosto				
		2015	Previsão Atualizada (%) Realizado	2014	Varição Nominal (%) 2015/2014	
Receitas Correntes	33.320.194	22.783.932	68,38	21.619.919	5,38	
Receita Tributária	18.691.711	12.726.901	68,09	11.436.795	11,28	
Receita de Contribuições	2.713.205	1.371.942	50,57	1.248.893	9,85	
Receita Patrimonial	442.831	622.303	140,53	969.736	-35,83	
Receita Agropecuária	1.171	220	18,76	181	21,34	
Receita Industrial	134	-	-	-	-	
Receita de Serviços	215.883	88.267	40,89	87.447	0,94	
Transferências Correntes	10.766.973	7.584.119	70,44	7.428.046	2,10	
Outras Receitas Correntes	488.286	390.179	79,91	448.821	-13,07	
Receitas de Capital	3.902.976	606.963	15,55	871.271	-30,34	
Operações de Crédito	1.800.494	222.045	12,33	338.554	-34,41	
Alienação de Bens	12.378	14.185	114,59	7.441	90,64	
Amortização de Empréstimos	250.143	95.007	37,98	98.653	-3,70	
Transferências de Capital	1.838.470	275.726	15,00	426.624	-35,37	
Outras Receitas de Capital	1.491	-	-	-	-	
Receitas Intra-Orçamentárias	2.450.384	1.862.806	76,02	1.487.198	25,26	
Total das Receitas (I)	39.673.553	25.253.701	63,65	23.978.388	5,32	
Superávit Financ. Exerc. Anteriores (II)	2.789.726	-	-	-	-	
Receitas (III = I+II)	42.463.279	-	-	-	-	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

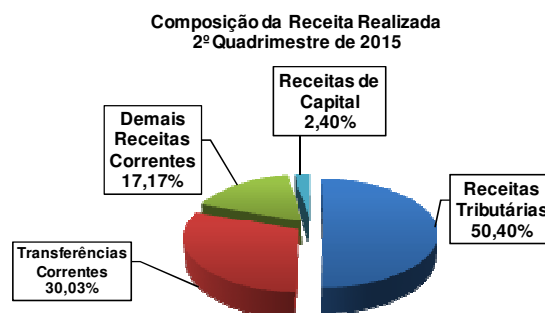
Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

As Receitas estaduais realizadas até o 2º quadrimestre de 2015, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 25,25 bilhões, apresentando uma variação positiva de 5,32% em relação ao realizado em igual período de 2014. Da previsão anual atualizada das Receitas do Estado, verificou-se uma realização de 63,65%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Das receitas realizadas, destacaram-se as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com participação percentual de 50,40% e 30,03%, respectivamente, no total arrecadado no período.



FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes. Nesta categoria encontram-se as receitas mais expressivas no âmbito estadual, tais como as oriundas dos tributos de competência do Estado e também as transferências da União (constitucionais, legais e outras).

As receitas correntes somaram R\$ 22,78 bilhões, respondendo por 90,22% das receitas totais realizadas. Foram arrecadadas 68,38% das receitas correntes anuais previstas e atualizadas, com uma variação nominal positiva de 5,38% em relação ao 2º quadrimestre de 2014.

2.1.1 - Receitas Tributárias

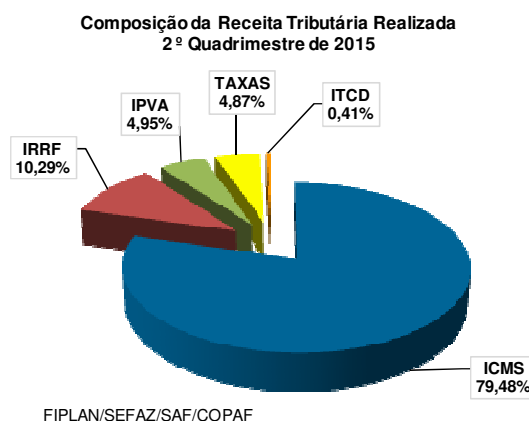
Receitas Tributárias						Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Realizado - Janeiro a Agosto				Variação Nominal (%) 2015/2014
		2015	Previsão Atualizada (%) Realizado	2014		
ICMS	15.496.490	10.115.118	65,27	9.542.920	6,00	
IRRF	1.367.812	1.310.225	95,79	691.560	89,46	
IPVA	895.567	629.952	70,34	613.330	2,71	
ITCD	40.018	52.129	130,26	38.541	35,26	
Taxas	891.824	619.476	69,46	550.444	12,54	
Total das Receitas Tributárias	18.691.711	12.726.901	68,09	11.436.795	11,28	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

A receita tributária, no valor de R\$ 12,73 bilhões, apresentou um incremento nominal de 11,28%, influenciado pela arrecadação das receitas de IRRF, ITCD e Taxas, entretanto as receitas arrecadadas de ICMS e também do IPVA, registraram crescimentos inferiores a inflação do período, refletindo a atual situação de retração da atividade econômica verificada neste ano. Do valor previsto atualizado para as receitas tributária no ano de 2015, verificou-se uma realização de 68,09%.

A maior fonte de receita do Estado, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 79,48% no total de Receitas Tributárias realizadas. As demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 20,52%.



ICMS - O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, realizou de janeiro a agosto de 2015, o total de R\$ 10,12 bilhões, contra R\$ 9,54 bilhões realizados no mesmo período de 2014, significando assim, um incremento nominal de 6,00%. Foram realizados 65,27% da previsão anual atualizada.

IPVA - Os recursos oriundos do IPVA totalizaram R\$ 629,95 milhões, com uma elevação de 2,71%, se comparado ao realizado no mesmo quadrimestre do ano anterior. Foram realizados 70,34% do previsto atualizado para 2015.

TAXAS – As Taxas arrecadadas somaram o valor de R\$ 619,48 milhões, com um acréscimo de 12,54%, comparando-se com o 2º quadrimestre de 2014. Quanto ao valor orçado foram realizados 69,46% do total atualizado.

ITCD - A realização somou R\$ 52,13 milhões, apresentando um aumento em valores nominais de 35,26% em relação ao 2º quadrimestre de 2014, resultado do esforço empreendido na ação fiscalizadora. Do orçado anual atualizado, foram realizados 130,26%.

IRRF – O valor contabilizado foi de R\$ 1,31 bilhão com uma variação positiva de 89,46% em razão, principalmente, de regularização dos registros contábeis nesta rubrica. Foram realizados 95,79% do valor previsto atualizado para 2015.

2.1.2 - Transferências Correntes

Até o quadrimestre, as Transferências Correntes alcançaram R\$ 7,58 bilhões, registrando uma queda expressiva dos repasses da União com um crescimento de apenas 2,10%. Com relação ao previsto atualizado, foram realizados 70,44%. Das Transferências Correntes, merece destaque pela sua relevância, as Transferências da União – FPE e SUS, as quais participaram

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

no total com 52,31% e 13,00%, respectivamente, e as Transferências do FUNDEB, com 25,45%, no total de Transferências realizadas.

Transferências Correntes					Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Realizado - Janeiro a Agosto			Variação Nominal (%) 2015/2014
		2015	Previsão Atualizada (%) Realizado	2014	
FPE - Fundo de Participação dos Estados	5.766.400	3.966.973	68,79	3.723.669	6,53
IPI Exportação	221.585	148.723	67,12	148.790	-0,05
SUS - Recursos do Sistema Único de Saúde	1.399.247	986.252	70,48	1.017.527	-3,07
Salário Educação	115.000	86.513	75,23	74.660	15,88
Compensação Financeira - Royalties	165.825	80.377	48,47	217.672	-63,07
FNDE -Fundo Nacional de Desenvol. e Educação	129.005	54.071	41,91	47.550	13,71
LEI KANDIR - Transf. Financ. do ICMS - LC 87/96	43.485	28.990	66,67	25.366	14,29
CIDE - Contrib. de Intervenção Domínio Econômico	8.271	8.351	100,97	7.594	9,96
Auxílio Exportação-Aux.Financ.Estados Exportadores	61.802	-	-	77.245	-100,00
Outras Transferências da União	10.734	7.172	66,82	10.226	-29,86
Transferências do FUNDEB	2.733.969	1.930.304	70,60	1.876.902	2,85
Transferências de Convênios	111.650	286.393	256,51	200.845	42,59
Total das Transferências Correntes	10.766.973	7.584.119	70,44	7.428.046	2,10

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Nota: Os valores relativos a Conta Retificadora da Receita Orçamentária estão sendo deduzidos das contas de receitas correspondentes.

FPE – O repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 3,97 bilhões, com uma elevação de 6,53%, na comparação com o período de janeiro a agosto de 2014. Foram realizados 68,79% do valor previsto atualizado para 2015.

FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante de R\$ 1,93 bilhão, contra R\$ 1,88 bilhão, no mesmo período do ano anterior, ou seja, uma variação positiva 2,85%. Houve uma realização de 70,60% do valor previsto atualizado.

SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram R\$ 986,25 milhões, com redução de 3,07%, comparado ao realizado no mesmo período de 2014. Houve uma realização de 70,48% em relação ao valor previsto atualizado.

IPI - Os recursos oriundos do IPI Exportação somaram R\$ 148,72 milhões, com uma redução de 0,05% em relação ao mesmo período de 2014. Do valor previsto atualizado foram realizados 67,12%.

Os recursos de Royalties apresentaram uma redução de 63,07%, totalizando R\$ 80,38 milhões, enquanto que o Salário Educação registrou um total de R\$ 86,51 milhões, com aumento de 15,88%, comparados ao mesmo período de 2014. As Transferências de

Convênios apresentaram um incremento de 42,59%, tendo sido realizados 256,51% dos recursos previstos no orçamento atualizado para 2015, totalizando R\$ 286,39 milhões.

CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - Os recursos provenientes desta receita totalizaram R\$ 8,35 milhões, um acréscimo de 9,96% em relação ao 2º quadrimestre de 2014, devido ao fato de que em 2014, os registros se referiam a valores residuais, devido às medidas econômicas do Governo Federal, de estabelecer alíquota zero para a CIDE, desde o segundo semestre de 2012. Entretanto, a partir do 1º quadrimestre de 2015, com as novas medidas econômicas do Governo Federal, adotadas em Janeiro de 2015, promoveu o retorno da CIDE.

FNDE – Os recursos realizados desta rubrica apresentaram variação positiva de 13,71%, com um montante realizado no período de R\$ 54,07 milhões. Foram realizados 41,91% do valor orçado atualizado para 2015.

LEI KANDIR – Foram executados R\$ 28,99 milhões, com realização de 66,67% em relação ao valor orçado e crescimento de 14,29%, comparados ao 2º quadrimestre de 2014.

Auxílio Exportação – Não houve ingresso deste recurso até o 2º quadrimestre de 2015, Observa-se que o valor realizado em 2014, referiu-se a recursos remanescentes de 2013, repassados em janeiro de 2014.

Em relação às Outras Transferências da União, no valor total de R\$ 7,17 milhões, observa-se uma redução de 29,86% comparando-se ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para este fato a redução nas transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS em 79,31%.

2.2 - Receitas de Capital

Até o 2º quadrimestre de 2015, as Receitas de Capital totalizaram R\$ 606,96 milhões contra R\$ 871,27 milhões realizados no mesmo período anterior, apresentando uma redução de 30,34%. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 15,55% nessa rubrica.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receitas de Capital					Em Mil Reais
Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Realizado - Janeiro a Agosto			Variação Nominal (%) 2015/2014
		2015	Previsão Atual (%) Realizado	2014	
Operações de Crédito	1.800.494	222.045	12,33	338.554	-34,41
<i>Operações de Crédito Internas</i>	1.377.462	170.974	12,41	326.153	-47,58
<i>Operações de Crédito Externas</i>	423.032	51.071	12,07	12.401	311,83
Alienação de Bens	12.378	14.185	114,59	7.441	90,64
Amortização de Empréstimos	250.143	95.007	37,98	98.653	-3,70
Transferências de Capital	1.838.470	275.726	15,00	426.624	-35,37
Outras Receitas de Capital	1.491	-	-	-	-
Total das Receitas de Capital	3.902.976	606.963	15,55	871.271	-30,34

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

As Operações de Crédito totalizaram R\$ 222,05 milhões, com uma redução de 34,41% em relação ao 2º quadrimestre de 2014, reflexo das reduções verificadas nas operações de crédito internas em 47,58%.

Foram realizados 12,33% do previsto atualizado para este item. Destacam-se as operações de créditos externas (BIRD/BID) com o ingresso de R\$ 51,07 milhões, superior em 311,83%, quando comparado ao mesmo quadrimestre de 2014, apesar da realização do orçamento ter sido apenas 12,07%.

A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 95,00 milhões. Em relação ao 2º quadrimestre de 2014, este item apresentou uma redução de 3,70%, realizando 37,98% do previsto atual.

As alienações de bens totalizaram 14,19 milhões, representando uma variação positiva de 90,64%. Foram realizados 114,59% do previsto atualizado para 2015.

As Transferências de Capital totalizaram R\$ 275,73 milhões, relativos às Transferências de Convênios, as quais foram realizadas apenas 15,00% do montante previsto anual. Verificou-se uma redução de 35,37% em relação ao mesmo período de 2014.

3. DESPESAS

As despesas executadas até o 2º quadrimestre de 2015 totalizaram R\$ 23,30 bilhões, correspondentes a 54,87% do valor previsto atualizado. Em valores nominais, registrou-se um aumento de 13,53%, comparando-se com o 2º quadrimestre de 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Balço Orçamentário da Despesa

Em Mil Reais

Detalhamento	Previsão Atualizada 2015	Executada - Janeiro a Agosto			
		2015	Previsão Atual (%) Realizado	2014	Varição Nominal (%) 2015/2014
Despesas Correntes	32.765.722	19.471.648	59,43	17.350.989	12,22
Pessoal e Encargos Sociais	17.948.511	10.742.792	59,85	8.744.129	22,86
Juros e Encargos da Dívida	572.999	346.094	60,40	309.389	11,86
Outras Despesas Correntes	14.244.213	8.382.762	58,85	8.297.470	1,03
<i>Transf. Const. aos Municípios</i>	<i>5.002.775</i>	<i>3.329.344</i>	<i>66,55</i>	<i>3.151.606</i>	<i>5,64</i>
<i>Demais Despesas Correntes</i>	<i>9.241.438</i>	<i>5.053.419</i>	<i>54,68</i>	<i>5.145.864</i>	<i>-1,80</i>
Despesas de Capital	7.048.980	2.135.291	30,29	2.028.832	5,25
Investimentos	5.796.875	1.348.927	23,27	1.396.936	-3,44
Inversões Financeiras	389.993	189.743	48,65	106.238	78,60
Amortização da Dívida	862.112	596.621	69,20	525.658	13,50
Reserva de Contingência	21.767	-	-	-	-
Despesas Intra-Orçamentárias	2.626.811	1.693.961	64,49	1.144.123	48,06
Total das Despesas	42.463.279	23.300.901	54,87	20.523.944	13,53

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1 LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 46,10% de participação no total realizado no período, seguido de Outras Despesas Correntes com 35,98%. As demais despesas somaram 17,92%.

3.1 Despesas Correntes

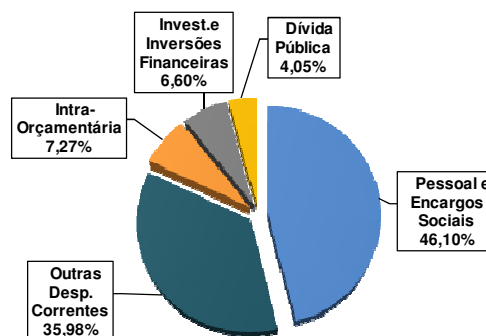
Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

As despesas correntes totalizaram R\$ 19,47 bilhões, representando uma realização de 59,43% do valor previsto atualizado para o ano e uma elevação de 12,22% na comparação com o mesmo período de 2014.

Dentre as despesas Correntes, a mais representativa são as despesas com Pessoal e Encargos, no montante de R\$ 10,74 bilhões. Verificou-se uma execução de 59,85% do total fixado e um acréscimo de 22,86%, em relação ao 2º quadrimestre de 2014.

As Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios,

Composição das Despesas Executadas
2º Quadrimestre de 2015



FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

totalizaram R\$ 8,38 bilhões, correspondentes a 58,85% do fixado atualizado para o ano e um acréscimo de apenas 1,03%, comparado ao 2º quadrimestre de 2014. Observa-se que as demais despesas correntes (custeio) sofreram uma redução de 1,80%, resultado do monitoramento do gasto público.

Já os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 346,09 milhões, correspondendo a 60,40% da previsão anual atualizada e uma elevação de 11,86%.

3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem dispêndios que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial.

Até o 2º quadrimestre de 2015, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 2,14 bilhões com uma elevação de 5,25%, se comparado ao mesmo período do exercício anterior. Foram realizados 30,29% dos valores orçados. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 1,35 bilhão, seguindo-se a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 596,62 milhões, e Inversões Financeiras, com um total de R\$ 189,74 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

No comparativo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no período, o Resultado Orçamentário apresentou Superávit de R\$ 1,95 bilhão, resultante de uma Receita total de R\$ 25,25 bilhões, para uma Despesa total de R\$ 23,30 bilhões.

Resultado da Execução Orçamentária				Em Mil Reais
Especificação	Janeiro a Agosto		Variação Nominal (%) 2015/2014	
	2015	2014		
Receitas Correntes	24.646.738	23.107.117	6,66	
(-) Despesas Correntes	21.165.609	18.495.112	14,44	
Superávit Corrente (I)	3.481.129	4.612.005	-24,52	
(+) Receitas de Capital (II)	606.963	871.271	-30,34	
(-) Despesas de Capital (III)	2.135.291	2.028.832	5,25	
Superávit Orçamentário (I+II-III)	1.952.800	3.454.444	-43,47	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 1, LRF, art. 52, inciso I, alíneas a e b do inciso II e §1º).

Nota: A apuração do Resultado Orçamentário Corrente inclui as receitas e despesas intra-orçamentárias.

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

Despesa de Pessoal para fins de Limite da LRF 2º Quadrimestre 2015

Detalhamento	Percentual em Relação a RCL	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Poder Executivo ¹	45,95	43,74	46,17	48,60
Poder Legislativo	2,63	3,06	3,23	3,40
Assembléia Legislativa	1,38	1,68	1,78	1,87
Tribunal de Contas do Estado	0,69	0,81	0,86	0,90
Tribunal de Contas dos Municípios	0,56	0,57	0,60	0,63
Poder Judiciário	5,67	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,60	1,80	1,90	2,00
Total do Estado	55,85	54,00	57,00	60,00

RCL últimos 12 meses = R\$ 26.731.074 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo1, LRF, art. 55, inciso I, alínea "a").

Nota 1 : O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 45,51% da Receita Corrente Líquida.

O Estado da Bahia comprometeu 55,85% de sua Receita Corrente Líquida com despesas de pessoal. Considerando apenas o Poder Executivo incluindo Defensoria Pública, o percentual atingiu 45,95%. Observa-se que todos os percentuais realizados pelos Poderes situaram-se abaixo dos limites prudenciais e máximos, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Deve-se, portanto, comprovar o cumprimento deste limite no final do exercício.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino totalizaram R\$ 3,70 bilhões, representando 23,75% da Receita Líquida de Impostos, indicando que, até o final do ano, será alcançado o limite constitucional anual de 25%, cumprindo-se, portanto, o estabelecido na Constituição Federal.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino			Em Mil Reais
Descrição	Realizado - 2º Quadrimestre		
	2015	2014	
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	15.591.706	14.116.813	
Valor aplicado das Despesas Próprias com Educação	3.703.705	3.288.729	
Percentual Aplicado em Educação	23,75%	23,30%	
Limite Constitucional Anual: 25%			

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 8,LDB, art.72)

Nota 1: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 25% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício - CF/88.

Com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB observa-se que é um Fundo de natureza contábil, implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, a creche e alunos de ensino médio.

Até o quadrimestre, o valor destinado ao FUNDEB foi de R\$ 2,85 bilhões, tendo o Estado recebido de retorno o valor de R\$ 1,93 bilhão.

Demonstrativo - FUNDEB				Em Mil Reais
Exercício	Aporte	Retorno	Resultado Apurado	
2010	-2.669.753	1.945.413	-724.340	
2011	-3.046.723	2.268.900	-777.823	
2012	-3.273.514	2.575.682	-697.832	
2013	-3.755.493	2.541.022	-1.214.471	
2014	-4.099.515	2.764.198	-1.335.317	
2º Quadrimestre de 2015	-2.856.463	1.930.312	-926.152	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Receitas e Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos com Saúde

Em Mil Reais

Descrição	Realizado - 2º Quadrimestre	
	2015	2014
Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais	15.591.706	14.116.813
Valor aplicado das Despesas Próprias em Saúde	1.678.752	1.705.103
Percentual Aplicado em Saúde	10,77%	12,08%

Limite Constitucional Anual¹: 12%

Fonte:FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 12 , LC 141/2012, art.35).

Nota¹: O cumprimento da aplicação do Limite Mínimo Constitucional de 12% deverá ser comprovado no encerramento do Exercício,CF/88.

Até o quadrimestre, as despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 1,68 bilhão, correspondendo a 10,77% em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências. Até o final do exercício será alcançado o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar nº 141/2012.

8. RESTOS A PAGAR

Do total de Restos a Pagar registrados ao final do exercício de 2014, foram pagos R\$ 553,35 milhões, representando um percentual de 77,35%, restando um saldo a pagar de R\$ 162 milhões, sendo R\$ 153,69 milhões do Poder Executivo e R\$ 8,32 milhões do Poder Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública.

Demonstrativo dos Restos a Pagar

Em Mil reais

Descrição	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos (c)	Variação (%) (c/(a-b))	A Pagar
Poder Executivo	737.458	57.200	526.572	77,41	153.686
Poder Judiciário	25.521	1.547	19.747	82,37	4.227
Poder Legislativo	6.482	2	3.091	47,70	3.389
Ministério Público	4.108	495	3.375	93,41	238
Defensoria Pública	1.062	30	564	54,71	467
Total	774.632	59.274	553.350	77,35	162.007

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO, LRF - Anexo 7, art.53, inciso V).

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Demonstrativo do Resultado Primário

Em Mil Reais

Detalhamento	Realizado - Janeiro a Agosto	
	2015	2014
Receitas Primárias Correntes (I)	24.076.657	22.843.014
Receitas Primárias de Capital (II)	275.726	426.624
Receita Primária Total (III) = (I+II)	24.352.382	23.269.638
Despesas Primárias Correntes (IV)	20.819.515	18.185.723
Despesas Primárias de Capital (V)	1.409.230	1.433.145
Despesa Primária Total (VI) = (IV+V)	22.228.745	19.618.867
Resultado Primário (III - VI)	2.123.638	3.650.770

Meta do Resultado Primário LDO/LOA: R\$ (425.035) mil.

Fonte : FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 6, LRF, art.53, inciso III).

No quadrimestre, o Resultado Primário foi de R\$ 2,12 bilhões, evidenciando que o desempenho das receitas fiscais cobriu integralmente as despesas fiscais. Quanto à meta da LDO/LOA, o Resultado Primário estabelecido foi de R\$ (425.035) mil.

10. RESULTADO NOMINAL

Demonstrativo do Resultado Nominal

Em Mil Reais

Especificação	Saldo	
	31/08/2015 (a)	31/12/2014 (b)
Dívida Consolidada (I)	19.729.380	16.911.138
Deduções (II)	6.341.625	5.540.023
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.030.352	5.516.162
Demais Haveres Financeiros	447.357	442.084
(-) Restos a Pagar Processados	(136.084)	(418.223)
Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II)	13.387.755	11.371.115
Resultado Nominal do 2º Quadrimestre de 2015 (a-b)		2.016.639

Meta do Resultado Nominal - LDO/LOA para o ano de 2015: R\$(107.158) mil.

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RREO - Anexo 5, LRF, art.53,Inciso III).

O Resultado Nominal mostra a diferença entre os saldos da Dívida Fiscal Líquida, relativa a dois períodos. Para o exercício de 2015, a meta para o Resultado Nominal do Estado, fixada pela LDO/LOA indica uma redução da Dívida Consolidada Líquida em R\$ (107.158) mil. No período, verificou-se um aumento no estoque da dívida de R\$ 2.016 milhões, decorrentes de alterações na taxa de câmbio.

11. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 19,73 bilhões, sendo R\$ 8,34 bilhões originários da dívida interna, R\$ 9,18 bilhões da dívida externa e as outras dívidas totalizando R\$ 2,2 bilhões.

Dívida Consolidada			Em Mil Reais
Discriminação	Até o 2º Quadrimestre de 2015	Saldo do Exercício em 31/12/2014	Varição (%)
Interna	8.342.179	7.867.202	6,04
Externa	9.181.995	6.831.330	34,41
Outras ¹	2.205.206	2.212.606	-0,33
Total	19.729.380	16.911.138	16,67

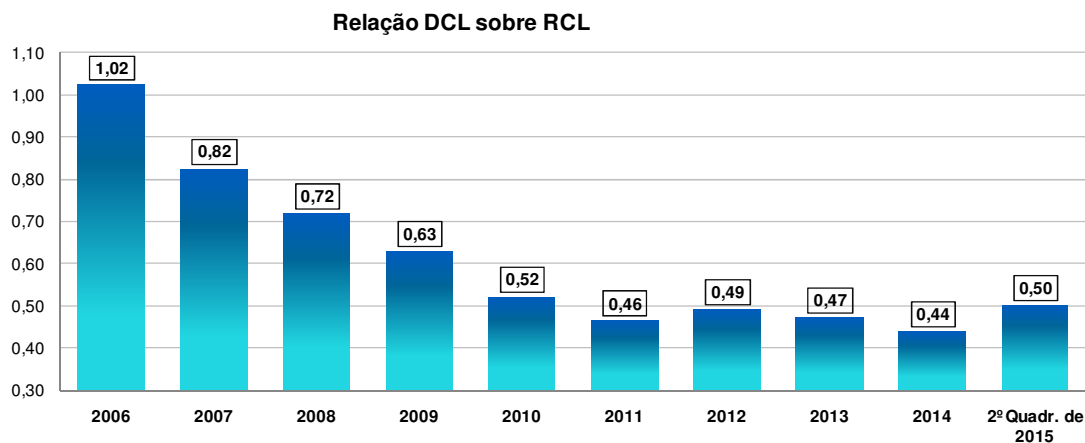
Fonte :FIPLAN/ SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea b).

Nota¹: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com LC 101/00.

Dívida Consolidada Líquida x Receita Corrente Líquida			Em Mil Reais
Descrição	DCL	RCL	DCL/RCL
Até Agosto de 2015	13.387.755	26.731.074	0,50
Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x Receita Corrente Líquida			

Fonte :FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF(RGF - Anexo 2, LRF, art. 55, inciso I, alínea b).

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida correspondeu a 0,50 no 2º quadrimestre de 2015, relação bem inferior ao limite fixado de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal, embora tenha sofrido elevação no percentual em relação ao exercício de 2014, ainda demonstra a redução do endividamento na análise da série histórica .



12. CONCLUSÃO

No 2º quadrimestre de 2015, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 2,12 bilhões. A Receita Total realizada no valor de R\$ 25,25 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 23,30 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 1,95 bilhão. O Resultado Nominal demonstrou um aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 2,01 bilhões.

Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF. Os recursos aplicados em educação e saúde apresentam percentuais que apontam para o cumprimento das metas no decorrer do ano de 2015.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Salvador, 30 de Setembro de 2015.

Observação: A Audiência Pública referente ao 2º quadrimestre de 2015 realizou-se no dia de 13 de Outubro de 2015, decorrente de acordo no Legislativo.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos,

reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fiplan

O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia - Fiplan é produto do trabalho conjunto das Secretarias da Fazenda (Sefaz) e do Planejamento (Seplan), cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, contabilidade, execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de

outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

subseqüente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superavit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF

<http://www.sefaz.ba.gov.br/>